

Metrópoles Brasileiras No Século 21: Evidências Do Censo Demográfico De 2010¹

Brazilian metropolises in the 21st century: evidence of the demographic census of 2010²

Rosana Aparecida Baeninger³

Roberta Guimarães Peres⁴

Resumo: Este texto contempla a situação do crescimento da população urbana brasileira e suas novas formas de reorganização espacial. Busca-se acompanhar a evolução da população urbana no país desde os anos 1940 até 2010, destacando para o período 1970-2010 a configuração do crescimento metropolitano. O atual processo de urbanização apresenta especificidades regionais, contribuindo para que os aglomerados urbanos queiram sejam de caráter metropolitano ou não-metropolitano, se conformem se expandam e se consolidem; nesse contexto, as migrações passam a ter papel fundamental. Nesse cenário, as antigas regiões metropolitanas continuam como as maiores concentrações socio-espaciais e urbanas do país, distinguindo-se dos aglomerados metropolitanos recentes, bem como dos aglomerados urbanos não-metropolitanos.

Palavras-Chave: Urbanização; Metropolização; Migração.

Abstract: This text relates to the situation of the Brazilian urban population growth and its new forms of spatial reorganization. The aim is to monitor the evolution of the urban population in the country since 1940 to 2010, especially for the period from 1970 to 2010 the configuration of metropolitan growth. The current process of urbanization presents regional specificities, contributing to the urban areas want to be they metropolitan or non-metropolitan, conform to expand and consolidate, in this context, migration begin to play a critical role. In this scenario, the old metropolitan areas continue as the largest concentrations socio-spatial and urban areas of the country, distinguishing themselves from the recent metropolitan agglomerations, as well as non-metropolitan urban agglomerations.

Key-words: Urbanization; Metropolization; Migration.

Introdução

Este texto contempla a situação do crescimento da população urbana brasileira e suas novas formas de reorganização espacial. O atual processo de urbanização apresenta especificidades regionais, contribuindo para que os aglomerados urbanos queiram sejam de caráter metropolitano ou não-metropolitano, se conformem se

¹ Artigo recebido em novembro de 2011 e aprovado em fevereiro de 2012.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR.

² Projeto Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno no Estado de São Paulo. FAPESP/CNPq-NEPO/UNICAMP.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR

³ Professora do Departamento de Demografia e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População/UNICAMP. Estudo realizado no âmbito do Projeto Temático “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório no Estado de São Paulo” – FAPESP/CNPq. E-mail: baeninger@nepo.unicamp.br

⁴ Doutora e Mestre em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas, e Bacharel em Ciências Sociais - Sociologia, pela mesma universidade. Diretora Técnica III da Agência Metropolitana de Campinas, autarquia do Governo do Estado de São Paulo. Bolsa de doutorado CNPq e IRD - Institute de Recherche pour le developpement - França, com estágio nos laboratórios LPED (Laboratoire Population Environnement Developpement) - Marseille e MIGRINTER - Poitiers, ambos na França.

expandam e se consolidem; nesse contexto, as migrações passam a ter papel fundamental.

Nesse cenário, as antigas regiões metropolitanas continuam como as maiores concentrações socio-espaciais e urbanas do país, distinguindo-se dos aglomerados metropolitanos recentes, bem como dos aglomerados urbanos não-metropolitanos.

2 Concentração/desconcentração metropolitana e as migrações nacionais

Os processos migratórios e de redistribuição da população, ao longo dos últimos cem anos, marcaram também a conformação da rede urbana brasileira, com expressivas conformações metropolitanas, mas também propiciando o adensamento no sistema de cidades no país (Faria, 1980).

A vertente interpretativa da concentração da urbanização predominou para o entendimento da dinâmica econômica, da metropolização e das migrações nos anos 70, 80 e parte dos 90. O padrão concentrador nas metrópoles – expressão espacial desenhada pelo fordismo (Harvey, 1993) – confluiu para o olhar apenas em relação ao destino migratório, conduzindo à vertente da concentração/explosão urbano-metropolitana associado a um crescente processo de chegada de volumosos contingentes migratórios.

Contudo, processos de distribuição da população e de desconcentração populacional já estavam em curso nas últimas duas décadas do século 20 em importantes regiões metropolitanas. Destacam-se três eixos importantes para esse processo.

O primeiro eixo se refere ao contexto da formação das próprias metrópoles, onde processos de periferação da população transferiram desde os anos 70 enormes contingentes populacionais para a periferia metropolitana (Martine, 1994). No século 21, contudo, esses espaços da migração intrametropolitana marcam as áreas periféricas como espaços de forte absorção migratória metropolitana em contraposição ao núcleo, os quais, por vezes, se caracterizam como áreas expulsoras de população em direção à periferia.

O segundo eixo da desconcentração populacional teve sua origem na política de desconcentração das atividades econômicas, a partir dos anos 70, e com menor intensidade a outros estados, nos anos 80 e 90 (Pacheco, 1998; Matos, 2000). O terceiro movimento de desconcentração metropolitana foi marcado pelos enormes volumes de migração de retorno, a partir dos anos 80, em particular da RMSP em direção aos estados do Nordeste, do Paraná e de Minas Gerais. Mesmo que a Região Metropolitana de São Paulo tenha continuado como o principal destino das migrações oriundas de outros estados, é dela também que partem os maiores volumes de emigração.

No caso da desconcentração relativa da população da RMSP, caracterizada pela emigração, esta é indicada pelo processo de reestruturação espacial urbana, cuja especificidade é dada pelo processo de desconcentração do centro metropolitano (e não de sua periferia) para fora de suas fronteiras metropolitanas. O núcleo metropolitano que, num primeiro momento, transferiu população para o entorno imediato, anunciando o maciço crescimento regional (com expressivos movimentos migratórios intrametropolitanos), num segundo momento passou a perder população para o interior de São Paulo e suas regiões cada vez mais distantes. Atualmente, é a

sede dos maiores volumes de emigração do país em direção aos estados nordestinos (Baeninger, 2011).

A concomitância desse processo de desconcentração populacional na direção desses eixos espaciais tem contribuído para “expandir as fronteiras da dispersão populacional” (Gottdiener, 1993:14) no contexto nacional, com a configuração de espaços migratórios em metrópoles fora do Sudeste e no interior dos estados. Nesse contexto, vai se redefinindo a organização social do espaço, com mudanças na diferenciação interna das metrópoles e na sua posição no contexto econômico-demográfico estadual e do país. A atual forma de crescimento socioespacial metropolitana assiste à rápida expansão de outras áreas que não o município-sede da metrópole.

Essa relativa desconcentração metropolitana, contudo, não se traduz em uma megalópole ou macrometrópole, no sentido de uma expansão metropolitana que “engole” cada vez mais espaços longínquos, aonde o *urban sprawl* define territórios periféricos (Ojima e Hogan, 2009). No caso do Estado de São Paulo, as dinâmicas econômica, regional e populacional de suas regiões tiveram em seus processos históricos, baseados na consolidação do complexo cafeeiro, forças endógenas que (re) definem, consolidam e fortalecem suas regiões (Cano, 1988), desenhando novas metrópoles e pólos regionais no Interior do Estado, onde a migração é um dos elementos constituintes desses novos espaços urbanos (Baeninger, 2008).

Assim, a relação migração-industrialização, migração-emprego, áreas de origem e destino, que anteriormente tinham a imigração como expressão das áreas de maior dinamismo econômico, em especial as regiões metropolitanas, revestem-se de novos conceitos e significados.

No entendimento das migrações internas e do crescimento metropolitano nos anos 2000 estão também presentes menores volumes migratórios; isto, portanto, conduz à substituição de conceitos historicamente datados, tais como áreas de evasão por áreas de perdas migratórias; áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória; áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória (Baeninger, 2008). Duas dimensões estão particularmente presentes na redefinição desses processos: em primeiro lugar, a própria reversibilidade dos diferentes fluxos migratórios (Domenach e Picouet, 1990), em especial as oscilações nos volumes de emigração e imigração e suas novas modalidades; em segundo lugar, a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas.

O caso de Estado de São Paulo e de sua Região Metropolitana de São Paulo é indicativo de tais alterações; nas principais trocas migratórias ocorridas entre 2004-2009, dentre os estados brasileiros, São Paulo apresentou-se como área de forte perda migratória para os estados da região Sul e Centro-Oeste, com destaque para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e Amazonas; caracterizou-se como área de retenção da migração com nas trocas com os estados do Pará e Rio de Janeiro; e, área de rotatividade migratória com os restantes dos vinte estados brasileiros. O papel da Região Metropolitana de São Paulo no cenário das migrações internas no Brasil imprimiu novos contornos ao entendimento dos processos vigentes em âmbito nacional, com rebatimentos nas demais metrópoles brasileiras. A novidade da PNAD 2004 foi confirmada na PNAD 2006, 2007, 2008 e 2009, qual seja: saldo migratório negativo para o Estado de São Paulo, refletindo a atual configuração da Região Metropolitana de São Paulo no cenário migratório nacional e tornando-se uma área de rotatividade migratória (Baeninger, 2008). Entretanto, os volumes de imigração e emigração entre Nordeste - São Paulo não

serão muito menor; isto por que em um contexto de enormes transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel – quer seja nas metrópoles do Sudeste ou no Nordeste - e o emprego na indústria oscila conforme o mercado nacional e internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira.

3 Evolução da População Urbana no Brasil: 1940-2010

O processo histórico de formação da sociedade brasileira, incluindo a transição demográfica, se interliga com as fases e faces da urbanização no País. A intensidade e a forma como se processaram a urbanização e a redistribuição espacial da população brasileira acentuou, ao longo de cinquenta anos, enormes transformações econômicas, sociais, demográficas e políticas; nesse contexto, presenciou-se do ponto de vista da urbanização, a dinâmica concentradora de determinadas áreas⁵. A dinâmica das cidades e o processo de urbanização modificaram-se ao longo do tempo, acompanhando as transformações da sociedade em seu conjunto.

Desde os anos 40, tem-se observado no Brasil aumento significativo de sua população urbana. Em 1940, 12,8 milhões de pessoas residiam no meio urbano, sendo que a população rural ainda representava 69% do total nacional; em 1991, mais de 110 milhões de habitantes residiam em áreas urbanas, passando para 137,9 milhões em 2000 e alcançando 160,9 milhões em 2010 (Tabela 1). Ou seja, em 2000, apenas 18,7% da população nacional viviam em áreas rurais - cerca de 31,8 milhões de pessoas, diminuindo para 29,8 milhões em 2010, correspondendo a 15,6%.

Até os anos 70, os fenômenos da urbanização e da redistribuição espacial da população, marcados por intensos fluxos migratórios, apontavam para o crescimento progressivo das grandes cidades. Esse afluxo crescente de pessoas para o meio urbano, particularmente na década de 70, fez com que tal período fosse marcado pela "explosão do crescimento urbano", com o processo de concentração da população em cidades cada vez maiores (Martine, 1987). Esse panorama concentrador de redistribuição interna da população foi se montando ao longo de quase meio século, indicando a rapidez das transformações urbanas no Brasil. Estima-se que cerca de 50 milhões de pessoas deixaram a área rural em busca de áreas urbanas entre 1950-2000 (Rigotti et al 2001).

Por outro lado, o processo de urbanização no Brasil gerou a criação de significativa rede urbana, diferentemente de outros países latino-americanos que se caracterizam por uma primazia urbana (Faria, 1983; Villa e Rodríguez, 1994). O dinamismo e a complexidade desse processo se expressaram na multiplicação do número de cidades no País. Entre 1950 e 2010 passou-se de 1.889 cidades, no início do período, para 5.565, ao seu final.

De fato, o enorme esvaziamento do campo que se operou, a partir dos anos 50, levou a aceleração do processo de urbanização; a taxa de crescimento da população urbana passou de 3,8% a.a., no período 1940-50, para 5,32% a.a. entre 1950-60. O impacto da transferência de população rural para o meio urbano se fez sentir de

⁵ Faria (1983) conclui que o processo de desenvolvimento, de 1950-1980, não contribuiu para maior concentração da população urbana no Brasil, porém mesmo que “tendendo a um equilíbrio no que se refere à distribuição por classes de tamanho, tanto a população urbana como as cidades apresentam-se, no Brasil, bastante concentradas em termos territoriais” (p.140).

maneira mais acentuada nos anos 50, uma vez que a base demográfica não era tão extensa; à medida que essa base foi se alargando, o impacto dessa população foi diminuindo e apresentando, portanto, taxas menores de crescimento urbano: 5,15% a.a., no período 1960/70; 4,44% a.a. entre 1970/80; 2,96% a.a. no período 1980-91, chegando a 2,44% entre 1991-2000 e a 1,55% a.a. em 2000-2010.

Tabela 1 - População Total, Urbana e Rural e Taxas de Crescimento (% ao ano) Brasil, 1940-2010

Ano	População (em milhares)			Taxas de Crescimento (% a.a.)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1940	41.236	12.880	28.356	2,33	3,84	1,58
1950	51.994	18.783	33.162	3,05	5,32	1,54
1960	70.191	31.534	38.657	2,87	5,1	0,6
1970	93.139	52.084	41.054	2,48	4,44	-0,62
1980	119.002	80.436	38.566	1,93	2,96	-0,66
1991	146.917	110.876	36.042	1,63	2,44	-1,3
2000	169.799	137.953	31.845	1,17	1,5	-0,65
2010	190.755	160.925	29.830			

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2010.

Embora tanto a taxa anual de crescimento da população brasileira quanto à taxa de crescimento urbano tenham registrado decréscimos ao longo desses setenta anos, o acelerado processo de urbanização pode ser evidenciado através da elevação da participação da população urbana no total populacional: 45%, em 1960; 56%, em 1970; 67%, em 1980; 75%, em 1991, 81%, em 2000 e 84,3% em 2010. Esse incremento da população urbana foi consequência, basicamente, de três fatores: do próprio crescimento vegetativo das áreas urbanas, da migração com destino urbano e da expansão do perímetro urbano de muitas localidades, antigamente consideradas rurais. Em contrapartida, a população rural vem apresentando participação cada vez menor no conjunto da população brasileira; os anos 50 marcaram uma mudança expressiva na distribuição da população no País: a taxa de crescimento da população rural passara de 1,54% a.a., entre 1950-60, para 0,60% a.a., no período 1960-70, alcançando taxas negativas, em torno de 0,60% a.a., nos anos 70 e nos 80. Em 1980, aliás, a população rural brasileira registrou pela primeira vez na história deste século diminuição em números absolutos; em 2000, sua taxa de crescimento alcançou -1,3% a.a. Em 2010, a taxa de crescimento da população rural foi de -0,65% ao ano, essa diminuição em suas perdas refletiu muito mais o crescimento de áreas rurais de expansão urbana.

No que se refere ao crescimento metropolitano, já com os resultados do Censo Demográfico de 1991 pode-se observar que a mudança no processo de urbanização brasileiro iniciou-se justamente com o menor crescimento das áreas metropolitanas (Martine, 1994; Baeninger, 1999) e com enormes transformações no processo de

redistribuição espacial da população. Os anos 90 e 2000 consolidam esta tendência, deixando as regiões metropolitanas, em especial suas sedes, perderem posições no ranking das taxas de crescimento do país.

4 Crescimento populacional das antigas metrópoles brasileiras

Apesar das regiões metropolitanas terem se configurado como receptoras de grandes contingentes populacionais há várias décadas, no período 1970-1980 já se podia evidenciar um arrefecimento no ritmo de crescimento da população residente nessas áreas: a taxa média de crescimento populacional metropolitano passou de 4,7% a.a., em 1960-1970, para 3,8%, em 1970-1980. Mesmo assim, o volume migratório que havia se dirigido para essas metrópoles justificava apontar um padrão crescente de concentração populacional: 5.705.021 pessoas⁶ se destinaram às regiões metropolitanas no período 1970-1980, correspondendo a 22,5% da migração intermunicipal nacional.

Nos anos 80 e 90, no entanto, a taxa de crescimento da população metropolitana nacional apresentou um decréscimo considerável, registrando 1,99% a.a., entre 1980-1991, (contra 3,8% a.a. da década anterior) e mantendo-se nesse patamar (2,00% a.a.) entre 1991-2000 e chegando a 0,99% ao ano entre 2000-2010 (Tabela 2).

Para todas as regiões metropolitanas antigas as taxas de crescimento vêm registrando ritmos decrescentes. Nos anos 70, apenas as regiões metropolitanas de Recife (2,7% a.a.) e Rio de Janeiro (2,5% a.a.) registraram taxas de crescimento metropolitano inferior à média do período (que foi de 3,8% a.a.), sendo elevadíssimas as taxas para a Região Metropolitana de Curitiba (5,8% a.a.), Região Metropolitana de Belo Horizonte (4,7% a.a.), Região Metropolitana de São Paulo (4,5% a.a.), Região Metropolitana de Salvador (4,4% a.a.), Região Metropolitana de Belém (4,3% a.a.) e Região Metropolitana de Fortaleza (4,3% a.a.).

No período 1980-1991, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (com taxa de crescimento de 1,3% a.a.), a de Recife (1,2% a.a.), e a de São Paulo (que registrou uma taxa de 1,9% a.a.) tiveram um ritmo de crescimento que se situou abaixo da média metropolitana do período (2,0% a.a.). Para os anos 90, nota-se uma manutenção nos níveis das taxas de crescimento verificados nos anos 80, com algumas áreas metropolitanas elevando ligeiramente suas taxas de crescimento, mas próximas a década anterior (como são os casos de Recife, Rio de Janeiro e Curitiba), sendo que apenas a Região Metropolitana de Salvador apresentou declínio pronunciado na taxa de crescimento (de 3,0% a.a., entre 1980-1991, para 2,4% a.a., entre 1991-2000). Esta tendência reflete, de um lado, a continuidade do declínio da fecundidade, e por outro lado, a diminuição da participação da migração vinda de fora para essas áreas metropolitanas.

⁶ Refere-se às pessoas que mudaram de município, pelo menos uma vez, na década; não inclui a migração intrametropolitana.

Tabela 2 - População Total e Taxas de Crescimento Regiões Metropolitanas (Antigas) - Brasil 1970-2010

Regiões Metropolitanas (antigas)	População Total					Taxas de Crescimento (% a.a.)			
	1970	1980	1991	2000	2010	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
TOTAL	23.730.893	34.411.659	42.798.162	51.088.169	56.364.421	3,79	1,99	2,00	0,99
São Paulo	8.139.730	12.588.725	15.444.941	17.970.634	19.683.975	4,46	1,88	1,7	0,91
Rio de Janeiro	6.891.521	8.772.265	9.814.574	11.257.944	11.703.788	2,45	1,26	1,5	0,39
Recife	1.791.322	2.347.146	2.858.147	3.512.208	3.690.547	2,74	1,22	2,32	0,50
Belo Horizonte	1.658.482	2.609.583	3.436.060	4.277.157	4.883.970	4,7	2,42	2,46	1,34
Porto Alegre	1.574.239	2.285.140	3.038.792	3.544.789	3.978.470	3,84	2,16	1,73	1,16
Salvador	1.147.821	1.766.614	2.496.521	3.090.196	3.531.820	4,43	3,04	2,4	1,34
Fortaleza	1.036.779	1.580.074	2.307.017	2.923.417	3.615.767	4,29	2,67	2,67	2,1
Curitiba	821.233	1.440.626	2.000.805	2.716.288	3.174.201	5,8	3,03	3,46	1,57
Belém	669.768	1.021.486	1.401.305	1.795.536	2.101.883	4,3	3,43	3,37	1,5
BRASIL URBANO	52.087.092	80.436.409	110.990.990	137.953.959	160.925.792	4,44	2,97	2,44	1,55

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Assim, no período de 1991-2000, as regiões metropolitanas com maiores taxas de crescimento foram Curitiba (3,5% a.a.), Belém (3,4% a.a.), Fortaleza (2,6% a.a.), Belo Horizonte (2,5 % a.a.), Recife (2,3% a.a.). Para os anos 2000-2010, a RM Fortaleza, com uma taxa de 2,15% a.a., foi a única que cresceu acima da média do Brasil Urbano (1,55% a.a.); as RMs de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife exibiram uma taxa de crescimento inferior a 1% ao ano. Das metrópoles do Sudeste, somente Belo Horizonte (1,34% a.a.) acima da média dessas áreas metropolitanas. Curitiba, com um ritmo de crescimento de 1,57% a.a., e Belém, com 1,59% a.a., acompanharam a média do crescimento urbano do país.

Quanto às metrópoles do Sudeste, a Região Metropolitana de São Paulo passou de uma taxa de crescimento populacional de 4,5% a.a., no período 1970-1980, para 1,9% a.a., nos anos 80, e 1,7%, no período 1991-2000 e 0,91% a.a. entre 2000-2010. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro que havia registrado taxa de 2,4% a.a., nos 70, baixou para 1,3% a.a., no período 1980-1991, elevando-se ligeiramente para 1,5% a.a., no de 1991-2000 e baixando para 0,39% a.a. entre 2000-2010.

A expansão metropolitana, delineado até os anos 1980/90 por um marcante processo de periferização da população residentes nas metrópoles, redesenhou seu ritmo de crescimento no século 21. A maioria das regiões havia apresentado no período 1970-1980 taxas de crescimento mais elevadas em seus municípios periféricos. Nos anos 80, o processo de periferização intensificou-se, no qual as periferias das áreas metropolitanas continuaram exibindo taxas elevadas e superiores às de seu núcleo. Os anos 90 consolidaram esse processo, com os núcleos metropolitanos de Belém, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre registrando taxas de crescimento de suas populações inferiores a 1% a.a. e permanecendo a tendência de taxas superiores nas periferias metropolitanas. Destacaram-se os crescimentos elevados dos municípios periféricos das regiões metropolitanas de Curitiba (5,0% a.a., entre 1991-2000), Belo Horizonte (4,3% a.a.), Salvador, São Paulo e Belém (em torno de 3,0% a.a.), demonstrando o vigor dos processos internos de redistribuição espacial das populações metropolitanas, em especial os deslocamentos intrametropolitanos que partem dos núcleos para as periferias das regiões metropolitanas.

Para o período 2000-2010, o ritmo de crescimento dos núcleos metropolitanos foi extremamente pequeno, porém, com expressivo crescimento periférico apenas para as metrópoles do Nordeste (Tabela 3).

Os diferentes ritmos de crescimento da população entre núcleo e periferia evidenciam deslocamentos populacionais internos em nível metropolitano, os quais imprimem novas características ao processo de redistribuição da população: consolidam-se espaços urbanos na periferia nacional, antes incapazes de reter e atrair sua população. No entanto, as “especializações do território” (Santos, 1994) traduzem-se em metrópoles diferenciadas e fragmentadas, cujo processo de periferização é antes de tudo a expressão do empobrecimento da população⁷

Os resultados do Censo de 2010 sugerem a continuidade do processo de desaceleração do ritmo de crescimento das antigas metrópoles brasileiras, especialmente a Região Metropolitana de São Paulo (com uma taxa de 1,7% a.a.), Rio de Janeiro (1,54% a.a.) e Porto Alegre (1,7% a.a.); taxas menores que a verificada para o conjunto da população urbana do país (2,44% a.a.) e para as áreas metropolitanas (2,00% a.a.).

O Brasil das nove regiões metropolitanas manteve entre 2000-2010 menor ritmo de sua população em comparação com o conjunto da população urbana do País. A importância desse processo de desaceleração metropolitana é revelada pela expressiva perda de participação relativa das populações dessas metrópoles no total da população urbana do País: em 1970, a população das nove regiões metropolitanas respondia por 45,56% da população urbana brasileira, passando para 37,03%, em 2000 e 35,0% em 2010.

Na verdade, o entendimento do atual processo de urbanização e desaceleração das grandes concentrações metropolitanas está relacionado com a distribuição da população em diferentes espacialidades do sistema urbano brasileiro; característica do processo de urbanização, na virada do século XX para o XXI, tem sido o intenso processo de interiorização das aglomerações urbanas.

⁷ A pesquisa “Características e Tendências da Rede Urbana no Brasil” (NESUR-IE/UNCAMP/IPEA, 1998) aponta menor renda para os chefes de domicílios nas áreas periféricas que nos núcleos metropolitanos.

Tabela 3 - População Metropolitana – Núcleo e Periferia e Taxas de Crescimento (% a.a.) 2000-2010

Municípios	População		Taxa de Crescimento (% a.a.)
	2000	2010	
RM Belém	1.838.763	2.101.883	1,35
Belém	1.280.614	1.393.399	0,85
Outros municípios	558.149	708.484	2,41
RM Fortaleza	3.056.769	3.615.767	1,69
Fortaleza	2.141.402	2.452.185	1,36
Outros Municípios	915.367	1.163.582	2,43
RM Recife	3.337.565	3.690.547	1,01
Recife	1.422.905	1.537.704	0,78
Outros Municípios	1.914.660	2.152.843	1,18
RM Salvador	3.080.343	3.531.820	1,38
Salvador	2.443.107	2.675.656	0,91
Outros Municípios	637.236	856.164	3,01
RM Belo Horizonte	4.357.942	4.883.970	1,15
Belo Horizonte	2.238.526	2.375.151	0,59
Outros Municípios	2.119.416	2.508.819	1,7
RM Rio de Janeiro	10.894.156	11.703.788	0,72
Rio de Janeiro	5.857.904	6.320.446	0,76
Outros Municípios	5.036.252	5.383.342	0,67
RM São Paulo	17.878.703	19.683.975	0,97
São Paulo	10.434.252	11.253.503	0,76
Outros Municípios	7.444.451	8.430.472	1,25
RM Curitiba	2.768.394	3.174.201	1,38
Curitiba	1.587.315	1.751.907	0,99
Outros Municípios	1.181.079	1.422.294	1,88
RM Porto Alegre	3.736.629	3.978.470	0,63
Porto Alege	1.360.590	1.409.351	0,35
Outros Municípios	2.376.039	2.569.119	0,78

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

5 Novas Espacialidades no Processo de Urbanização Brasileira: aglomerados metropolitanos recentes

As tendências recentes do processo de urbanização e de distribuição espacial da população reforçam o processo de reorganização populacional, com a importância

crecente de formação de novas territorialidades e dos processos internos de realocação espacial da população.

Considerando as novas formas de organização do território, com a possibilidade de criação de novas áreas metropolitanas a partir das Constituições Estaduais, verifica-se o crescente número de regiões metropolitanas no Brasil (Tabela 4); estas chegaram a concentrar mais de 67 milhões de brasileiros no ano 2000, correspondendo a 48,9% da população urbana nacional.

Essas configurações urbano-metropolitanas recentes distinguem-se das antigas metrópoles, tanto por seu papel no contexto do desenvolvimento econômico do país quanto pelo menor poder de sua área de influência, abrangendo espaços regionais bastante restritos. Na verdade, poucas são as áreas que podem ser consideradas como “nova metrópole”; o estudo do IPEA/NESUR-IE/UNICAMP/IBGE (2003) identificou 13 metrópoles nacionais, ou seja, as nove regiões antigas e as regiões metropolitanas de Vitória, Florianópolis, Entorno de Brasília e Natal⁸. Desse modo, a maior parte dessas novas aglomerações urbanas, já institucionalizadas como metrópoles, podem ser denominadas ‘aglomerados metropolitanos recentes’ (ao invés de novas regiões metropolitanas) para que se distingam dos espaços de caráter eminentemente metropolitano. Essa distinção faz-se necessária, uma vez que a definição sociológica de área metropolitana inclui, dentre outros elementos, a complexidade da interação entre os espaços que compõem essa região, com intensa circulação de capital e de população⁹; situação nem sempre presente nesses aglomerados.

As taxas de crescimento da população dos aglomerados metropolitanos, no entanto, assemelham-se à dinâmica de crescimento das antigas metrópoles em décadas passadas. No período 1980-1991 a taxa média de crescimento dos aglomerados metropolitanos recentes chegou a 3,3% a.a. e, mesmo diminuindo esse ritmo na década seguinte, situou-se em 2,79% a.a. No período 2000-2010, esse crescimento passa a ser de 0,74% ao ano, abaixo do ritmo de crescimento das metrópoles antigas (0,99% a.a.), indicando a estabilidade dos crescimentos dessas áreas. Essas taxas ficaram bem acima da taxa média de crescimento nacional nas duas décadas anteriores, bem como de crescimento urbano, indicando o impulso do processo de concentração de população nessas localidades no período.

De fato, esses aglomerados concentravam 9.141.654 habitantes, em 1980, passando para 16.759.231, em 2000, e chegando a 18.048.160 pessoas e respondendo por 11% da população urbana do Brasil. Nos anos 90 e 2000-2010 várias foram os aglomerados metropolitanos recentes que registraram elevadas taxas de crescimento, dentre eles aqueles que são sediados por capitais estaduais – Entorno de Brasília, Goiânia, Florianópolis e São Luís, bem como outras no interior, tais como Foz do Rio Itajaí, Maringá, Campinas, Norte/Nordeste Catarinense e Região Carbonífera. No decorrer do período 2000-2010 outras aglomerações urbanas foram oficializadas como metropolitanas: Região Metropolitana de Manaus – Amazonas; Região Metropolitana de João Pessoa – Paraíba; Região Metropolitana de Maceió - Alagoas; Região Metropolitana de Aracaju – Sergipe; Região Metropolitana de Campina Grande – Paraíba; Região Metropolitana do Cariri – Ceará; Região Metropolitana do Agreste – Alagoas; Região Metropolitana de Macapá – Amapá; Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense – Maranhão; Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá -

⁸ Outras áreas metropolitanas foram incluídas em categorias como metrópoles regionais, como é o caso de Campinas. Veja-se IPEA/NESUR-IE-UNICAMP/IBGE (2000).

⁹ Veja-se, dentre outros, Villaza (2001).

Mato Grosso; Região Metropolitana de Chapecó - Santa Catarina; Região Metropolitana de Lages - Santa Catarina.

Tabela 4 - População Total, Taxas de Crescimento e Incremento Absoluto Regiões Metropolitanas Antigas e Aglomerados Metropolitanos Recentes 1980, 1991, 2000 e 2010

Áreas Metropolitanas	População Total				Taxas de Crescimento			Incremento Absoluto		
	1980	1991	2000	2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010	1980-1991	1991-2000	2000-2010
RM Antigas	34.411.656	42.798.162	51.088.169	56.364.421	2,00	1,99	0,99	8.386.506	8.290.007	5.276.252
Belém	1.021.483	1.401.305	1.795.536	2.101.883	2,92	2,79	1,59	379.822	394.231	306.347
Fortaleza	1.580.074	2.307.017	2.923.417	3.615.767	3,5	2,67	2,15	726.943	616.400	692.350
Salvador	1.766.614	2.496.521	3.090.196	3.531.820	3,19	2,4	1,34	729.907	593.675	441.624
Recife	2.347.146	2.858.147	3.512.208	3.690.547	1,81	2,32	0,50	511.001	654.061	178.339
São Paulo	12.588.725	15.444.941	17.970.634	19.683.975	1,88	1,7	0,91	2.856.216	2.525.693	1.713.341
Rio de Janeiro	8.772.265	9.814.574	11.257.944	11.703.788	1,03	1,54	0,39	1.042.309	1.443.370	445.844
Belo Horizonte	2.609.583	3.436.060	4.277.157	4.883.970	2,53	2,46	1,34	826.477	841.097	606.813
Curitiba	1.440.626	2.000.805	2.716.288	3.174.201	3,03	3,46	1,57	560.179	715.483	457.913
Porto Alegre	2.285.140	3.038.792	3.544.789	3.978.470	2,63	1,73	1,16	753.652	505.997	433.681
Aglomerados Metropolitanos Recentes	9.141.654	13.083.551	16.759.231	18.048.160	3,31	2,79	0,74	3.941.897	3.675.680	1.288.929
Natal	554.223	826.208	1.043.321	1.351.004	3,7	2,63	2,62	271.985	217.113	307.683
Baixada Santista	961.243	1.220.249	1.476.820	1.664.136	2,19	2,14	1,20	259.006	256.571	187.316
Vale do Aço	276.620	325.806	399.580	451.670	1,5	2,29	1,23	49.186	73.774	52.090
Vitoria	753.959	1.136.842	1.438.596	1.687.704	3,8	2,65	1,61	382.883	301.754	249.108
Florianópolis	364.334	530.621	709.407	1.012.233	3,48	3,28	3,62	166.287	178.786	302.826
Norte/Nordeste Catarinense	245.477	363.149	453.249	1.094.412	3,62	2,49	9,22	117.672	90.100	641.163
São Luís	498.958	820.137	1.070.688	1.331.181	4,62	3,01	2,20	321.179	250.551	260.493
Tubarão	83.326	103.334	117.830	356.721	1,98	1,47	11,71	20.008	14.496	238.891
Foz do Rio Itajaí	145.841	222.515	319.389	532.771	3,92	4,1	5,25	76.674	96.874	213.382
Entorno de Brasília	1.520.026	2.161.709	2.952.276		3,25	3,52	-100,00	641.683	790.567	-2.952.276
Campinas	1.276.801	1.866.025	2.338.148	2.797.137	3,51	2,54	1,81	589.224	472.123	458.989
Goiania	827.446	1.230.445	1.639.516	2.173.141	3,67	3,24	2,86	402.999	409.071	533.625
Londrina	434.177	553.314	647.854	801.817	2,23	1,77	2,16	119.137	94.540	153.963
Maceió	522.173	786.643	989.182	1.156.364	3,8	2,58	1,57	264.470	202.539	167.182
Maringá	267.587	381.569	474.202	578.740	3,28	2,44	2,01	113.982	92.633	104.538
Região Carbonífera	165.715	234.611	289.272	369.398	3,21	2,35	2,48	68.896	54.661	80.126
Vale do Itajaí	243.748	320.374	399.901	689.731	2,52	2,49	5,60	76.626	79.527	289.830
TOTAL RMs	43.553.310	55.881.713	67.847.400	74.412.581	2,29	2,18	0,93	12.328.403	11.965.687	6.565.181
BRASIL	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799	1,93	1,63	1,17	27.814.423	22.973.695	20.956.629
BRASIL URBANO	80.437.327	110.990.990	137.953.959	160.925.792	2,97	2,45	1,55	30.553.663	26.962.969	22.971.833

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 a 2010.

Considerando o total da população residindo nessas regiões metropolitanas e aglomerados metropolitanos chega-se em 2010 a 83.968.324 brasileiros, ou seja, cerca de 52,1% da população urbana do país. Assiste-se, desse modo, a intensificação do processo de desconcentração polarizada da urbanização, cuja rede urbana vai se redefinindo a partir de novos recortes espaciais regionais, ao mesmo tempo em que ocorre o espraiamento da população dentre essas configurações urbanas.

O sistema urbano brasileiro tende, portanto, a se redesenhar em configurações metropolitanas e aglomerados urbanos. Essas espacialidades, por sua vez, ao mesmo tempo em que concentra a população no conjunto da urbanização, apresenta especificidades intrametropolitanas e intra-aglomerações, sobretudo no que se refere ao processo de redistribuição interna de suas populações, gerando espaços formados por sedes e entornos regionais, centros e periferias. São nessas novas configurações

urbanas, portanto, pó onde as populações se movimentam, se deslocam e circulam diariamente, trazendo novas demandas às políticas sociais, quer seja em termos de transporte e moradia, como de saúde e educação.

Considerações Finais

Está-se diante de um processo de reestruturação espacial urbana, cuja especificidade é dada pelo processo de espraimento da população, tanto em direção às novas configurações urbanas quanto no interior de cada uma delas. A concomitância desse processo de desconcentração populacional tem contribuído para “expandir as fronteiras da dispersão populacional” (Gottdiener, 1993:14).

Nesse contexto, vai se redefinindo a organização social do espaço, com mudanças na diferenciação interna da metrópole e com a realocação de população em aglomerados urbanos de diferentes tamanhos.

A atual forma de crescimento socioespacial assiste à rápida expansão de outras áreas que não o município-sede das metrópoles ou dos aglomerados, contribuindo para a menor pressão demográfica em determinadas áreas. Se de um lado, a desconcentração polarizada do processo de urbanização contribuiu para frear o caos urbano das antigas metrópoles nacionais, por outro lado, essas novas espacialidades anunciam fortes demandas sociais que têm que ser supridas, para que essas localidades não venham a repetir os problemas que as grandes concentrações metropolitanas experimentam há várias décadas.

No que se refere à migração, no cenário nacional a metrópole de São Paulo (re) define os espaços migratórios, caracterizando-se como “espaço perdedor” das migrações internas no Brasil no século 21. As alterações no ritmo de crescimento de sua população, ao longo dos últimos cinquenta anos, estiveram estreitamente vinculada aos novos destinos e sentidos migratórios, hoje num constante ir-e-vir de contingentes migrantes nordestinos; por outro lado, a atração que exerceu sobre o interior paulista na primeira metade do século 20, já não se vislumbra, com perdas líquidas de população para todos os municípios desse interior.

Assim, as transformações em curso nos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população brasileira marcam novas características, dimensões e trajetórias dos deslocamentos populacionais. O aspecto mais significativo dessa tendência parece ser o menor ritmo de crescimento demográfico das grandes concentrações metropolitanas. A emergência de novas regiões, capazes de atrair e de absorver populações, garantiu o início do processo de desconcentração populacional.

Referências

ANDRADE T. A. e Serra Rodrigo. O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro. Texto para Discussão 554, Brasília, IPEA, mar./1998.

BAENINGER, Rosana (2002). Urbanisation Process and Spatial Redistribution of Population in Brazil: recent changes and trends. In: Geyer, Manie. **International**

Handook of Urban Systems- Studies of urbanization and migration in advanced and developing countries. University of Potchefstroom, Africa do Sul.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no Século 21. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG, 2008.

CANO, W. (1988), coord, **A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: Fundação SEADE, v.1. a v. 3 (Coleção Economia Paulista).

CEDEPLAR/FACE/UFGM, Minas Gerais, 1994. SANTOS, M. et al (1994). **Território, Globalização e Fragmentação**. Hucitec: São Paulo.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE DEMOGRAFIA "Dinámica de la Población de las Grandes Ciudades en América Latina y el Caribe". IN: Grandes Ciudades de América Latina: Dos Capítulos. Documentos Docentes, Serie B, n. 98, Santiago de Chile, 1994

CORDEIRO, Helena. K. A "cidade mundial" de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano. In: SANTOS, M., et al. O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização. São Paulo: Editora Hucitec/ANPUR, 1993.

CUNHA, J.M. Aspectos Demográficos da Estruturação das Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: Hogan et all (org). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. NEPO/PRONEX-UNICAMP, 2001.

CUNHA, José. Marcos. P (Des) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1990/1991: qual o efeito da crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. Anais ... Caxambu : ABEP, 1998.

DOMENACH, Hervé.; PICOUET, Michel. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. Notas de Población, Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990

EBANKS, E.G. Determinantes Socioeconómicos de la Migración Interna. CELADE, Santiago de Chile, 1993.

FARIA, V. "Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos". IN: Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

FARIA, Vilmar. (1978). O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. Anais do Primeiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP.

FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. In: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

FARIA, V. Mudanças na Composição do Emprego e na Estrutura de Ocupação. **A Transição Incompleta: Brasil desde 1945**. Paz e Terra, v.1, Rio de Janeiro, 1986.

GOTTIDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1993. 76p.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

MARTINE, G. A Redistribuição Espacial da População Brasileira durante a Década de 80. **Texto para Discussão** n. 329, IPEA, Brasília, 1994.

MARTINE, G. "Migração e Metropolização". IN: Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE 1(2)7, 1987.

MATOS, R. e BAENINGER, R. Migração e Urbanização no Brasil: Processos de Concentração e Desconcentração Espacial e o Debate Recente. Anais do XXIII Conferência Nacional da IUSSP, Salvador, Brasil, 2001. NEGRI, B. (1996). **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Ed. UNICAMP.

MARQUES, Eduardo. C.; Torres, Haroldo. G.. Pobreza e distribuição espacial de grupos sociais na metrópole de São Paulo. Cadernos Adenauer, São Paulo, v. 1, p. 35-50, 2004.

NEGRI, B. (1996). **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Ed. UNICAMP.

OJIMA, Ricardo e Hogan, Daniel.J. . The demographic composition of urban sprawl: local and regional challenges concerning global environmental change in Brazilian metropolitan areas. In: XXVI IUSSP International Population Conference, 2009, MARRAKECH. Proceedings of XXVI IUSSP International Population Conference. França : IUSSP, 2009. v. 1. p. 0-0.

PACHECO, C.A. (1998). **Fragmentação da Nação**. Campinas: IE/UNICAMP.

PACHECO, Carlos Américo. Fragmentação da nação. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

RIGOTTI, J.I.R. Fluxos migratórios e **distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte - década de 70**. Dissertação de Mestrado.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1998.

SINGER, Paul. (1973). Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre seu Estudo. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense.

TORRES, Haroldo. G.. Demografia urbana e políticas sociais. Revista Brasileira de Estudos da População, v. 23, p. 27-42, 2006

VILLA, M. "Urbanización y Transición Demográfica en América Latina: una reseña del período 1930-1990". IN: El Poblamiento de las Américas, Anais, IUSSP, vol 2, 1992.

VILLAÇA, F. Brasil Intra-Urbano. Nobel, 2001.

VÉRAS, Maura. P. Entre o local e o global: políticas urbanas, espaços e sujeitos da cidade mundial. Caxambu, 1996. (Trabalho apresentado na XX Encontro Anual da ANPOCS).